

**III Xornadas
Olga Gallego
de Arquivos**

**Arquivística:
novos reptos para o futuro**

Fernanda Ribeiro

Arquivística: novos reptos para o futuro

Fernanda Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo:

Nascida como práctica empírica, tão antiga como as primeiras civilizacións, a Arquivística teve uma evolución natural, moldada pelo desenvolvemento das organizacións/institucións produtoras de documentos e, até à Revolución Francesa, trilhou un camiño ao servizo do poder e das clases dominantes, as únicas que coñeciam a escrita, ditavam as leis e documentavam as accións que iam levando a cabo, para fins jurídicos, administrativos ou simplemente para memoria futura.

A partir do século XIX, a Arquivística entrou numa nova fase, afirmando-se como disciplina auxiliar da Historia, no quadro do Positivismo e do desenvolvemento da ciencia e, por alturas da viragem do século, a vertente tecnicista e a relación com a administración deram-lhe una nova roupagem, libertando-a progresivamente da tutela da Historia. O paradigma historicista e custodial, que se foi consolidando ao longo da centúria de oitocentos, comezou a evidenciar sinais de crise, que se acentuaram a partir da 2ª metade do século XX por forza da revolución tecnolóxica, iniciada após a 2ª Guerra Mundial.

Nas últimas quatro décadas, comezou a afirmar-se un novo paradigma, posicionando a Arquivística no campo da información e dando-lhe un estatuto de disciplina científica aplicada. Em plena era digital e em rede, os desafíos que se colocam a esta disciplina non poden deixar de exigir un posicionamento científico, com una fundamentación epistemolóxica, teórica e metodolóxica sólida, que a sustente e a torne operativa nos mais variados contextos em que é gerada e gerida a información orgânica, socialmente produzida. A transición definitiva para esse novo paradigma é condición fundamental para a sobrevivência da Arquivística, disciplina estruturante na preservación da memoria individual e colectiva, como factor identitario dos povos e das nacións que perdurarão no futuro.

Palavras-chave

Arquivística; Paradigma historicista e custodial; Paradigma científico-informacional.

Abstract:

Born as an empirical practice, as old as the earliest civilizations, Archivistics had a natural evolution, shaped by the development of document-producing organizations / institutions, and, until the French Revolution, it followed a way for the service of power and the dominant classes, the only who knew the writing, dictated the laws and documented the actions they were carrying out, for legal and administrative purposes or simply for future memory.

From the nineteenth century onwards, Archivistics entered a new phase, affirming itself as an auxiliary discipline of History, within the framework of positivism and the development of science and, at the turn of the century, the technicist side and the relationship with the administration gave it a new outfit, freeing it progressively from the tutelage of history. The historicist and custodial paradigm, which was consolidated during the century of eight hundred, began to show signs of crisis, which were accentuated from the second half of the twentieth century due to the technological revolution, which began after the Second World War.

In the last four decades, a new paradigm began to be established, positioning Archivistics in the field of information and giving it a status of applied scientific discipline. In the midst of the digital and in a network era, the challenges posed to this discipline can not fail to require a scientific positioning, with a solid epistemological, theoretical and methodological foundation, to sustain it and make it operative in the most varied contexts in which organic information, socially produced, is generated and managed. The definitive transition to this new paradigm is a fundamental condition for the survival of Archivistics, a structuring discipline in the preservation of individual and collective memory, as an identity factor for peoples and nations that will last in the future.

Keywords

Archivistics; Historicist and custodial paradigm; Scientific-informational paradigm.

1. DAS ORIGENS À CONSCIÊNCIA DISCIPLINAR: A EVOLUÇÃO NATURAL DE UMA PRÁTICA EMPÍRICA

Durante um longo período de desenvolvimento, que decorreu desde as origens da escrita até ao fim do Antigo Regime, os arquivos evoluíram naturalmente, em função das necessidades dos organismos produtores e utilizadores da informação que iam conservando para fins probatórios ou simplesmente porque o uso recorrente dessa informação justificava que fosse guardada. De facto, a origem dos arquivos confunde-se com o próprio surgimento da escrita, o que corrobora a ideia de que eles sempre foram encarados como bases e veículos de informação.

Os primeiros arquivos revelam características que vieram a tornar-se identitárias e que, ainda hoje, fazem parte do quadro concetual da disciplina arquivística: estrutura orgânica coerente com as funções e com as atividades das entidades produtoras dos documentos/da informação; regras de organização e controlo; matriz diplomática e elementos de referência, capazes de garantir a autenticidade dos documentos; valor testemunhal e probatório, suscetível de constituir um instrumento de informação, ao serviço dos mais variados fins (administrativos, jurídicos, de investigação, etc.).

A prática das civilizações pré-clássicas assentava já em princípios intuitivamente assumidos e o desenvolvimento da administração e da jurisprudência, aspetos que vieram a ser reforçados com a afirmação da cultura greco-latina, permitindo avanços muito significativos no domínio da organização dos arquivos.

Na transição da Antiguidade para a Idade Média ocorreu a afirmação do conceito e a vulgarização do termo ‘arquivo’. Contudo, ainda hoje existe um défice de conhecimento sobre a realidade arquivística medieval, por um lado devido à fragilidade dos suportes documentais utilizados e à usura do tempo, responsáveis pela perda de muitos documentos; por outro lado, porque a instabilidade política, social e administrativa durante a Alta Idade Média, o carácter ambulante de algumas cortes europeias e o limitado uso da escrita contribuíram para que muitos arquivos fossem destruídos ou desarticulados, sendo quebrada a sua estrutura sistémica original e restando poucas fontes de informação a seu respeito.

A partir de finais da Idade Média (século XIV) verifica-se uma maior preocupação com os arquivos da administração, retomando-se práticas já largamente implementadas no Império Romano. Nas grandes cortes europeias, assiste-se à nomeação de arquivistas oficiais, incumbidos de organizar inventários, garantir a autenticidade dos documentos e elaborar crónicas dos seus monarcas e patronos. Surgem também arquivos centrais da administração, de que, na Península Ibérica, o arquivo da Coroa de Aragão (1318) e o arquivo do Estado português, instalado na “Torre do Tombo” do Castelo de São Jorge (pelo menos desde 1378), são dois exemplos ilustrativos¹. Datam igualmente desta época os primeiros regulamentos arquivísticos. Em 1384, Pedro, o Cerimonioso, aprovou as “ordenanças” para o bom funcionamento do Arquivo da Coroa de Aragão, a que se seguiram outras, em 1452, promulgadas por Afonso, o Magnânimo. Embora breves e concisos, estes regulamentos

1. Sobre a data da fundação do Arquivo da Coroa de Aragão, ver: *El Patrimonio documental y los archivos nacionales*. Madrid : Direccion General de Bellas Artes y Archivos, 1994, p. [9]. Quanto à criação da Torre do Tombo, é provável que tenha ocorrido ainda no reinado de D. Dinis, conforme citação documental incluída num relatório de Cristóvão de Benavente (ver: DINIS, António Joaquim Dias – Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. 2ª série. 17 (1968) 133).

contam-se entre os mais antigos até hoje conhecidos e definem, com bastante clareza, a razão da existência do arquivo, o modo como deviam ser tratados os documentos e as condições em que seriam feitas cópias ou certidões dos mesmos².

Estas preocupações reforçam-se nos séculos seguintes, o que demonstra existir um processo evolutivo, sem sobressaltos, da Idade Média para a Época Moderna e uma valorização dos arquivos ao serviço da centralização do poder real. Os arquivos dos Estados modernos conhecem nesta época um incremento considerável e muitos monarcas europeus investem na sua organização. A qualidade e a riqueza do arquivo da coroa portuguesa não passaram despercebidas à corte espanhola, pois após a sua investidura como rei de Portugal, Filipe II deslocou-se em pessoa à Torre do Tombo, ficando vivamente impressionado com o que aí encontrou. No seguimento dessa visita, pediu três relatórios ao escrivão do arquivo, Cristóvão Benavente, destacando-se o relatório datado de 1583, cujo teor ilustra bem o nível atingido pela instituição. A organização exemplar do Arquivo da Torre do Tombo, como bem demonstra José Luiz Rodríguez de Diego, terá servido de modelo para o Arquivo de Simancas³.

No século XVII o trabalho nos arquivos passou a assentar em normas escritas, que muito contribuíram para a sistematização de práticas e do conhecimento empírico acumulado e começaram a aparecer diversos manuais, portadores de uma conceção jurídica da realidade arquivística. Mais tarde, com o surgimento das ideias iluministas, intensificou-se a procura dos arquivos, começando a enfatizar-se aquilo a que hoje se chama o “valor secundário” dos documentos, pois o interesse pelos arquivos como fonte de informação passou a manifestar-se para além do uso que até então se restringia praticamente apenas às respetivas entidades produtoras.

Esta nova curiosidade pelos arquivos, tendo, por um lado, contribuído para a salvaguarda de muitos acervos, acarretou, por outro lado, consequências nefastas, que se traduziram, por exemplo, na conceção e aplicação das chamadas classificações metódicas (de base racionalista) e na preferência pela ordenação cronológica dos documentos, sem atender ao seu contexto orgânico produtor. Ocorreram assim desvios na organização dos arquivos, a qual passou a ir ao encontro de interesses externos às entidades produtoras dos mesmos, desvirtuando a sua originalidade sistémica.

Não obstante algumas intervenções, motivadas por fatores políticos ou conceções filosóficas, a verdade é que a evolução dos arquivos e da prática empírica a seu respeito ocorreu num *continuum* bastante linear e coerente até ao momento em que, por via da Revolução Francesa (1789), se fizeram sentir alterações estruturais, que marcaram indelevelmente os arquivos e a Arquivística ao longo da Modernidade, nos séculos XIX e XX⁴.

2. CONDE Y DELGADO DE MOLINA, Rafael – *Les Primeres ordinacions de l'Arxiu Reial de Barcelona: 1384*. Madrid : Ministerio de Cultura, 1993.

3. RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis – *Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas : año 1588*. Madrid : Dirección General de Bellas Artes y Archivos, [1989?].

4. Para um maior desenvolvimento da evolução dos arquivos desde as origens até à Revolução Francesa, consultar: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. 3ª ed. Porto : Edições Afrontamento, 2009. ISBN 972-36-048-3. vol. 1, cap. 2.

2. A AFIRMAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA E A CONSOLIDAÇÃO DO PARADIGMA HISTORICISTA E CUSTODIAL

Com a Revolução Francesa, os arquivos sofreram o efeito modelador da mudança estrutural ocorrida no processo histórico, com particular destaque para as implicações político-ideológicas, institucionais e jurídico-administrativas. Os chamados arquivos históricos, concebidos como serviços públicos, surgiram ao serviço da memória do novo Estado-Nação e formalizou-se, pela primeira vez, o propósito de liberalização do acesso à informação dos arquivos pela generalidade da população. A criação de um órgão estatal (Archives Nationales), especificamente vocacionado para a superintendência dos arquivos, foi outro importante contributo da Revolução Francesa.

A política concentracionista dos fundos documentais, implementada pelo novo regime liberal em prol da defesa da memória da Nação, teve efeitos muito importantes no tocante à salvaguarda dos arquivos, mas não deixou de ter também consequências gravosas para os próprios acervos. As incorporações em massa nos arquivos do Estado conduziram a uma reordenação metódica dos documentos, a partir de classificações antinaturais que adulteraram a orgânica original que os fundos apresentavam nos seus locais de origem, e a uma acumulação caótica de conjuntos documentais de múltiplas proveniências. Apesar disso, a necessidade de tratamento e de organização das massas documentais que passaram a estar sob tutela do Estado levou a que surgissem profissionais habilitados para desempenhar essas tarefas. Assim teve início a formação profissional de arquivistas-paleógrafos, no âmbito da École des Chartes, criada em Paris em 1821, cujo modelo foi depois replicado em outras instituições similares, nascidas em diversos países da Europa⁵.

A desorganização instaurada pelas reclassificações provocou um inevitável alarme e fez com que o governo francês, em 1841, emitisse uma circular para repor a ordem nos arquivos departamentais e comunais. Pela primeira vez se consagrou, a título oficial, o “princípio do respeito pelos fundos” (ou “princípio da proveniência”), o qual tem sido considerado como o fundamento clássico da Arquivística⁶. No entanto, os resultados não foram, de início, tão efetivos como seria de supor, dado que veio a ser adotada uma solução híbrida: o “fundo” era considerado uma entidade indivisível, mas a sua ordem interna ficava sujeita a critérios alheios à respetiva organicidade.

A constatação desta incongruência levou a que, em Itália, Francesco Bonaini propusesse a adaptação daquele princípio de acordo com o chamado “método histórico” (1867). Era, assim, defendido o “respeito pela ordem original”, ou seja, a preservação dos critérios organizativos praticados pela entidade produtora.

O século XIX caracterizou-se pela ocorrência de novas deturpações sobre a função dos arquivos e seus princípios de organização, agora já não por razões político-administrativas, mas por outra ordem de fatores, ligados ao desenvolvimento do Positivismo e do Historicismo. A Arquivística emergiu como disciplina, mas com o estatuto de “auxiliar” da Ciência Histórica, associando-se à Paleografia

5. O Institut für Österreichische Geschichtsforschung, em Viena (1854), a Escuela de Diplomática de Madrid (1856) ou a Scuola di Paleografia e Diplomatica, criada em Florença por Francesco Bonaini (1857) são alguns exemplos de escolas de formação inspiradas no modelo da École des Chartes.

6. As *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales* foram promulgadas através de uma circular do Ministério do Interior, com data de 24 de abril de 1841, inspirada pelo arquivista (chefe da secção administrativa dos arquivos departamentais daquele ministério) e historiador Natalis de Wailly, que aí enunciou aquilo que desde então ficou conhecido como o “princípio do respeito pelos fundos”.

e à Diplomática, dentro dos parâmetros metodológicos do conhecimento histórico. Os arquivos passaram, muitas vezes, a ser geridos por pessoas sem formação administrativa, que provocaram ativamente uma desagregação de muitos acervos documentais, em nome dos interesses dos historiadores e da investigação sobre o passado histórico. Embora se deva reconhecer os benefícios da recolha de fontes e da produção de instrumentos de pesquisa, que marcaram amplamente este período, os efeitos perversos foram evidentes. Começou a acentuar-se o primado discriminatório do valor dos documentos de interesse histórico e, para além disso, o desenvolvimento dos arquivos destinados a incorporar esse tipo de documentos fez com que crescessem, de forma artificial, serviços (públicos) especializados, cuja exclusiva função passou a ser a de preservar e tornar acessível a documentação que custodiavam, num crescente e nefasto afastamento das administrações produtoras, que continuavam na sua atividade corrente a gerar e a acumular quotidianamente nova documentação/arquivos ao serviço da sua própria gestão.

A edição do “Manual dos Arquivistas Holandeses”, em 1898, da autoria de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin veio, precisamente, dar respostas para a organização dos arquivos administrativos, marcando o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se começa a afirmar de forma clara, libertando a teoria e a prática dos arquivos da dependência direta das conceções historiográficas⁷. E não terá sido por acaso que, nessa época, se começou também a vulgarizar o termo Arquivística, para definir um campo de saber específico, dirigido a funções técnicas que, se por um lado, valorizavam a custódia, por outro lado, incidiam sobre o controlo, a organização e a avaliação dos documentos (considerando as chamadas “três idades” dos arquivos, desde a fase corrente até à definitiva), aproximando os arquivos da administração e criando alguma autonomização da disciplina face à História. Esta perspetiva não tardou a ser confrontada com os efeitos da industrialização e da complexificação burocrática, que acarretaram novos desafios para a disciplina.

No período entre Guerras, a Arquivística descritiva, desenvolvida em torno da noção instrumental e incorporacionista de “fundo”, começou a dar espaço a outro tipo de preocupações, nomeadamente ao nível da gestão dos arquivos e da cooperação. O problema das eliminações tornou-se, também, um tema emergente ao longo deste período, devido ao considerável aumento da produção documental. Com efeito, o acelerado crescimento da informação nos contextos organizacionais, particularmente nas administrações públicas e privadas, veio colocar uma questão da máxima importância para os responsáveis pela gestão dos documentos – a necessidade da avaliação documental como requisito para uma seleção fundamentada e uma eliminação de documentos baseada em critérios previamente definidos. Esta problemática suscitou a procura de respostas pragmáticas, mas também o surgimento de reflexão teórica a respeito do assunto. A “teoria do valor”, desenvolvida nos Estados Unidos da América por Theodore R. Schellenberg, surgiu de certo modo como o culminar de diferentes perspetivas antes desenvolvidas, sobretudo na Alemanha e no Reino Unido, numa tentativa de resposta fundamentada para justificar a eliminação dos documentos considerados sem interesse histórico⁸.

7. MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. – *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van de vereniging van archivarissen*. Groningen : Erven B. van der Kamp., 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

8. Por força do aumento da produção documental e dada a impossibilidade prática de conservar todos os documentos, quer as administrações, quer os arquivistas foram obrigados a encarar o problema da avaliação e das eliminações de uma forma determinada. Em Inglaterra, segundo Ole Kolsrud (ver: KOLSRUD, Ole – The Evolution of basic appraisal principles: some comparative observations. *The American Archivist*. Chicago. 55:1 (Winter 1992) 26-39), a tendência tradicional era a de destruir o que não tinha interesse do ponto de vista legal, histórico, estatístico, económico ou para qualquer fim oficial. Cita, como exemplo desta posição, o Public

Com o agravar da situación debido à produción incomensurábel de documentos nas administracións, após a 2ª Guerra Mundial, generalizou-se o apodítico principio das “três idades do arquivo”, formulado en Itália no inicio do século XX, por meras razóns prácticas de instalación dos documentos. Se é certo que esta pretensa teoría parecía apontar para unha cadeia relativamente ininterrupta no ciclo de vida dos documentos, a verdade é que gerou un efecto perverso ao levar à creación de servizos e de depósitos, a maior parte das veces desarticulados entre si, provocando, así, distorções *contra naturam* en unidades sistémicas que, desde há moito tempo, posuían unha sólida coerência interna.

Nos Estados Unidos da América, por razóns de ordem pragmática, apareceu o concepto operativo de *record group* e a actividade profesional do *records management*. Em tal quadro, a ‘gestão documental’ (tradução europea do *records management*) começou a afirmar-se como unha nova área profesional, num estreito vínculo com a administración, num grande afastamento da Arquivística (disciplina auxiliar da História) e num perigoso corte epistemológico entre diacronia e sincronia da información socialmente produzida no contexto das organizacións. Acentuou-se, así, a separação antinatural entre arquivos correntes e arquivos históricos (além do surgimento dos chamados “arquivos intermédios”), pois as “teorías” fundamentadoras da avaliação e da selección documentais favoreciam unha perspectiva em que só ganhava verdadeiro “estatuto arquivístico” a documentação considerada de conservación permanente e, logo, digna de ser incorporada nos arquivos históricos, para aí cumprir um papel cultural e patrimonial ao servizo dos investigadores. Mas, como tal documentação era desligada da respetiva entidade produtora e retirada do seu *habitat* original, a rutura no ciclo vital da información consumava-se e a inteligibilidade da mesma sofria, naturalmente, constrangimentos perversos.

O nascimento do Conselho Internacional de Arquivos, em 1948, permitiu un debate mais alargado sobre os fundamentos da disciplina arquivística e a separação que se estabeleceu entre *records* e *archives*, sobretudo na tradición anglo-saxónica, acabou por gerar, forçosamente, novas preocupacións de carácter teórico. Mas, apesar disso, o paradigma tradicional, que se começou a afirmar após a Revolución Francesa e se consolidou ao longo da centúria de oitocentos, não foi posto em causa e vivemos, aínda hoxe, sob a influência desse modelo historicista e custodial, a que se foi asociando un reforço da componente técnica ao longo de todo o século XX, particularmente acentuado nas dúas últimas décadas do século pasado polos esforços notórios em prol da normalización descritiva e terminológica.

Todavía, a ênfase posta nos procedimentos técnicos (classificación, ordenación, descripción, normalización, etc.), só por si, não foi suficiente para conferir à Arquivística un estatuto de disciplina científica, pois a falta de fundamentación teórica e metodológica constituiu un forte *handicap* na afirmação da cientificidade. A Arquivística ganhou un espazo próprio como área de desempeño profesional,

Record Office Act (1877), que autorizou a destruição de largas masas de documentos existentes no Public Record Department, no seguimento de unha proposta nesse sentido, feita por un deputado. A evolución desta problemática em Inglaterra, no que concerne às posicións dos arquivistas, veio a ser clarificada por parte de Hilary Jenkinson, que defendía que na destruição de documentos não devia haver qualquer intervención por parte dos profesionais de arquivo, pois isso não fazia parte das súas atribuições. A solución que apontava era a de que a tarefa de eliminación debía ser deixada a cargo das próprias administracións, medida que foi adotada pola arquivística inglesa.

Na tradición alemã, por sua vez, o cuidado com a preservación foi sempre determinante, tendo Karl Otto Müller, em 1926 (ver: KOLSRUD, Ole – *Op. cit.* p. 30-33), considerado o problema da avaliação como a cuestión crucial em matéria de arquivos. Em consecuencia disso, defendeu a necesidade de negar às administracións o dereito de serem os únicos juízes em matéria de selección documental, pois os arquivistas deberían ter unha influencia decisiva na avaliação.

mas o paradigma histórico-tecnicista, que enformou a disciplina nos dois últimos séculos e que potenciou a sua autonomização técnica, acabou por constituir um fator de constrangimento, que não possibilitou o salto qualitativo necessário ao desenvolvimento disciplinar quando a “ameaça” tecnológica aos documentos em suportes estáticos e a emergência da Sociedade da Informação começaram a colocar novos desafios. Num contexto informacional e tecnológico o paradigma tradicional entrou em crise, mas também despoletou, no seu próprio seio, os fatores de mudança necessários à superação da própria crise e à emergência de um novo paradigma, científico e informacional, no contexto da denominada “era pós-custodial”.

A percepção do impasse e do inevitável salto epistemológico, que afetam hoje o conhecimento empírico construído em torno do fenómeno social da informação, não é ainda consensual entre os cientistas/profissionais da informação, porque não é ainda muito nítida a fundamentação epistemológica que lhe está subjacente e que superará a visão tradicional que deu corpo às chamadas “ciências documentais”.

3. NOVOS REPTOS PARA A ARQUIVÍSTICA NA ERA DA INFORMAÇÃO

A emergência de um novo paradigma, que designamos por *científico e informacional*, já se faz sentir desde meados do século XX, mergulhando as suas raízes mais remotas na visão precursora de Paul Otlet e Henri La Fontaine, consubstanciada num centro mundial de referência designado por *Mundaneum* e na defesa de uma área profissional inovadora – a Documentação⁹. O desenvolvimento que a Documentação conheceu, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), está bem fundamentado em alguns estudos que analisam as origens e a evolução da *Information Science*, surgida nos EUA por altura da transição dos anos 50 para os anos 60 do século XX, sendo também bastante consensual a ideia de que houve uma linha de continuidade entre uma e outra, tendo a *Information Science* surgido de uma evolução natural da Documentação¹⁰.

Desde o dealbar da década de 60 do século XX que bibliotecários especializados e documentalistas, a desempenhar funções em Centros de Documentação e de Informação ou em Bibliotecas Especializadas, bem como os novíssimos *information scientists*, especialistas em informação científica e técnica e no tratamento e recuperação automática da informação, começaram a procurar uma identidade própria e a investir profissional e academicamente na afirmação da *Information Science*, disputando inclusivamente algum terreno aos profissionais da área da Informática¹¹. No

9. Sobre a ação de Paul Otlet e Henri La Fontaine, ver por exemplo: RAYWARD, W. Boyd – The Origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (apr. 1997) 289-300; RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle – P. Otlet’s Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science. *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (apr. 1997) 301-309.

10. Não é inocentemente que usamos o termo inglês *Information Science* e não a sua tradução portuguesa Ciência da Informação. Com efeito, o termo *Information Science* é uma criação americana e corresponde a um conceito muito preciso, que se circunscreve à informação científica e técnica com um acentuado envolvimento tecnológico. Este conceito é mais redutor e distinto daquele que na Europa veio a ser veiculado pelo termo Ciência da Informação, que se impôs como uma evolução da Biblioteconomia e, por isso mesmo, associado à expressão *LIS - Library and Information Science*. Em português, o termo Ciência da Informação tem uma conotação mais abrangente, como se poderá perceber a partir da leitura deste texto.

11. A este propósito, ver por exemplo: WILLIAMS, Robert V. - The Documentation and special libraries movements in the United States, 1910-1960. *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:9 (sept. 1997) 775-776.

Ver ainda: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4. cap. 2.

campo dos arquivos, porém, foi preciso chegar à década de 80 do século passado para que, mercê de algumas problemáticas concretas que se assumiram como prioridades – a normalização descritiva e a preservação dos documentos eletrônicos são dois casos exemplares –, se começasse a questionar o paradigma tradicional e a equacionar novas formas de intervenção.

A simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio pôr em causa a noção estática e duradoura de “documento” (definido como informação/mensagens registada(s) num suporte) como conceito operatório e como objeto de estudo e marcou a entrada dos arquivos e da Arquivística na chamada “era pós-custodial”.

A perceção desta mudança paradigmática, que começou a ocorrer porque as condições sociais modeladas pela revolução tecnológica e digital se alteraram a um ritmo acelerado nas últimas quatro décadas e muito antes de ser objeto de análise e de teorização, impeliu forçosamente a uma reflexão sobre a própria essência da disciplina e da sua fundamentação epistemológica.

Tanto na Europa como no continente americano (sobretudo nos EUA e no Canadá, mas também em alguns países da América Latina), como ainda na Austrália, assistimos, especialmente a partir da década de 80 do século XX, à publicação de diversos trabalhos que evidenciam a emergência de uma nova perspetiva, questionadora da visão tradicional e amplamente sustentada pelo paradigma custodial e historicista. Por alturas do final do século passado, tivemos oportunidade de publicar, em autoria conjunta, um livro intitulado *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*, no qual referenciámos as mais significativas posições dos autores que até então haviam desenvolvido uma postura reflexiva e crítica sobre a Arquivística, um pouco por todo o mundo¹². A partir do levantamento efetuado para a produção dessa obra, foi possível perceber que o aprofundamento teórico constituiu uma das preocupações mais sentidas nas últimas décadas de noventa e como reflexo disso é natural que tenha surgido, no ano 2001, a revista *Archival Science*¹³, dando expressão a uma corrente teórica que defendia/defende a afirmação da Arquivística como ciência autónoma, integrando no mesmo campo disciplinar, com unidade epistemológica, tanto a prática referente aos arquivos históricos, como a gestão documental (arquivos correntes das administrações públicas e privadas) privilegiando a sua função social, à semelhança das Ciências Sociais em geral.

Esta corrente está muito próxima da perspetiva canadiana, que ficou conhecida como “Arquivística integrada”, tendo mesmo encontrado os seus fundamentos na teorização dos autores, que, no Canadá, mais aprofundaram as noções de ‘fundo’ e de ‘proveniência’, amplamente conhecidas e aplicadas na tradição dos arquivos europeus há mais de dois séculos. Da “escola” canadiana vale a pena salientar as obras *The Archival fonds : from theory to practice*, coordenada por Terry Eastwood¹⁴, *Canadian archival studies and the rediscovery of provenance*, editada por Tom Nesmith¹⁵ ou ainda *Les Fondements de la discipline archivistique*, da autoria de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture¹⁶, como exemplos ilustrativos da renovação da teoria arquivística que foi tomando forma nas duas

12. Ver: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Ob. cit.*

13. *Archival Science : international journal on recorded information*. ISSN 1389-0166. 1:1 (2001).

14. *The Archival fonds : from theory to practice*. Ed. by Terry Eastwood. [S. l.] : Bureau of Canadian Archivists, 1992.

15. *Canadian archival studies and the rediscovery of provenance*. Ed. by Tom Nesmith. Metuchen; London : Society of American Archivists; Association of Canadian Archivists; The Scarecrow Press, 1993.

16. ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – *Les Fondements de la discipline archivistique*. Québec : Presses de l'Université du Québec, 1994.

últimas décadas do século XX. Neste quadro, não pode deixar de ser igualmente referido o nome de Terry Cook pelos contributos inestimáveis que deu para o aprofundamento da vertente teórica da Arquivística, nomeadamente no campo da avaliação documental¹⁷.

Poderíamos enunciar muitos exemplos que, em diversos países do mundo, ilustram a renovação teórica da Arquivística, mas não é objetivo deste texto fazer uma revisão de literatura sobre essa temática. Importa, contudo, assinalar que a produção de trabalhos científicos neste campo do saber é, em si, um indicador importante da cientificidade da própria disciplina, pois em boa medida essa produção teórica resulta de investigação efetuada nos meios académicos, tanto no âmbito de dissertações e teses de mestrado e de doutoramento, como no contexto de projetos e de redes de investigação. A formação académica na área da Arquivística está hoje implantada em inúmeras universidades e, como tal, ganhou um estatuto científico que vem sendo cada vez mais reconhecido, em detrimento da atividade meramente técnica e profissional que a caracterizava e que, ainda assim, continua a ter uma expressão muito forte em alguns países, em estreita articulação com associações profissionais, evidenciando uma postura corporativa e instrumental.

O aprofundamento teórico da Arquivística contribuiu para o reforço e a expansão da área nos meios académicos e, concomitantemente, esta maior inserção na academia foi essencial para o desenvolvimento da vertente de investigação e para uma formação com maior pendor científico, como é próprio do ensino universitário.

A visão que temos para o futuro da Arquivística tem por base, precisamente, o aprofundamento epistemológico e teórico que tem sido objeto da investigação levada a cabo na Universidade do Porto há já cerca de 20 anos e que está divulgado em variadas publicações dos docentes, investigadores e estudantes de pós-graduação da área da Ciência da Informação, tanto a nível nacional como internacional. É uma abordagem que se consubstancia na perceção da mudança de paradigma em curso e que se traduz na superação do tradicional paradigma historicista, custodial e tecnicista, por uma nova perspetiva que, como já atrás referimos, funda raízes remotas nas ideias visionárias de Paul Otlet e Henri La Fontaine, pais da Classificação Decimal Universal e do conceito de Documentação.

O novo paradigma emergente, que apelidamos de *científico-informacional e pós-custodial*¹⁸, implica uma alteração profunda de perspetiva, muda o objeto de estudo e de trabalho do “documento” para a “informação”, convoca metodologias de investigação adequadas ao estudo de um fenómeno humano e social (a informação), que não diferem das usadas pelas Ciências Sociais em geral, e encara a Arquivística, não como uma técnica com especificidades próprias, mas sim como uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação.

17. Uma consulta à página sobre Terry Cook na *Wikipedia* permite rapidamente ver a extensão da sua obra publicada e perceber como foi uma personalidade marcante da Arquivística mundial:

[https://en.wikipedia.org/wiki/Terry_Cook_\(archivist\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Terry_Cook_(archivist)) – acesso em 31 ago. 2018.

18. Uma primeira caracterização da mudança de paradigma na Arquivística foi objeto do seguinte artigo: RIBEIRO, Fernanda – Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science : international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310. Posteriores desenvolvimentos desta problemática podem ser vistos em: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – Documentation / Information and their paradigms : characterization and importance in research, education, and professional practice. *Knowledge Organization : international journal devoted to concept, theory, classification, indexing and knowledge representation*. Würzburg. ISSN 0943-7444. 39:2 (2012) 111-124.

Considerando a Ciência da Informação como o campo científico onde a Arquivística se inscreve, é importante começar por definir o seu objeto de estudo e de trabalho – a ‘informação’. A importância da definição do objeto é crucial, não só para se perceber em que medida se torna passível de ser estudado, como também para daí tirar consequências ao nível da formação académica e profissional que é requerida para o trabalho nesta área.

A definição de ‘informação’, que propomos e com que temos trabalhado, é a que segue:

Informação - conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada¹⁹.

Partindo desta definição, somos levados a rever criticamente a noção de ‘documento’ e a cartografar a área científica que assume a Informação como objeto, concluindo que as múltiplas consequências teórico-práticas que decorrem da definição apresentada e da crítica à noção de documento afetam não apenas o trabalho científico, mas também a formação académica que for ministrada e, como tal, têm implicações nas profissões ligadas ao campo da informação. O arquivista e o bibliotecário do futuro – um futuro que já é presente e nos desafia constantemente – não podem continuar a ser aqueles que guardam, conservam e organizam documentos, mas terão de assumir uma nova postura, atuando como gestores da informação produzida e usada em qualquer contexto orgânico. Ser gestor de informação é hoje um desafio difícil, mas aliciente, pois implica repensar toda uma herança empírica milenar e questionar o sentido e a utilidade da profissão. Não se trata apenas de desempenhar uma atividade que visa essencialmente a salvaguarda do património documental, mas sim de assumir uma postura em prol do acesso e da preservação da informação, considerada um elemento essencial da memória identitária do respetivo organismo (entidade) produtor(a).

Além disso, o gestor de informação da era pós-custodial, no seu exercício profissional, pode também contribuir para redesenhar as fronteiras de uma área disciplinar que faz da Informação não a sua matéria-prima, mas o seu objeto central de estudo e de pesquisa. Esta área disciplinar é obviamente a Ciência da Informação. Porém, não é entendida na visão estreita e redutora como foi postulada nos EUA em meados do século passado, confinada à informação científica e técnica, mas assume-se numa perspetiva ampla e abrangente, congregando todas as disciplinas teóricas e aplicadas que a precedem (como a Arquivística e a Biblioteconomia) e outras que vão emergindo, todas elas focadas num objeto de estudo comum e partilhado – a Informação. Este entendimento e nova concetualização da Ciência da Informação estão estreitamente ligados à mudança paradigmática a que antes nos referimos, designando o novo paradigma como *pós-custodial, científico e informacional* e caracterizando-o, nos seus traços essenciais, do seguinte modo:

a) valorização da informação como um fenómeno/processo humano e social, residindo nela e não no suporte (material externo ao sujeito) a sua própria historicidade (orgânico-contextual) e a sua riqueza patrimonial/cultural;

19. Cf.: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação... (ob. cit.)*, p. 37.

- b)** *afirmação do constante e natural **dinamismo informacional**, oposto ao imobilismo documental, caracterizando-se o primeiro pelo trinómio “criação / seleção natural / acesso-uso” e o segundo pela antinomia artificial “vida efémera versus permanência/ conservação”;*
- c)** *impossibilidade de manter a compartimentação tradicional da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva (serviço de arquivo, serviço de biblioteca e sistema informático/software de computador), porque este critério é superficial e não abrange o **contexto dinâmico** de produção (organicidade), de retenção/memória e de uso/consumo (funcionalidade) da sociedade atual;*
- d)** *necessidade de conhecer (indagar, compreender e explicitar) a informação social através de **modelos teórico-científicos** cada vez mais exigentes e eficazes em vez do universo rudimentar e fechado da prática documental empírica, composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “asséticos” ou “objetivos” de criação, classificação, ordenação e recuperação;*
- e)** *substituição da lógica instrumental patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação” pela lógica científico-compreensiva da **informação na gestão**, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e, assim sendo, as práticas/procedimentos informacionais decorrem e articulam-se com as conceções e práticas dos gestores e atores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o arquivista ou o gestor de informação, em vez de estabelecer ou impor regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospetivas mais adequadas²⁰.*

Confrontadas com este paradigma emergente, as referidas “práticas empíricas de organização” (arquivística e biblioteconómica), na expressão de Le Coadic²¹, não podem subsistir por muito mais tempo artificialmente autonomizadas e disfarçadas de “científicas”, tendo, por isso, que ser (re)enquadradas epistemologicamente de um modo sério e consistente, que não passa já pela anacrónica, redutora e frágil “teoria” da documentação, mas antes pelo aprofundamento crítico do debate sobre a natureza e evolução da Ciência da Informação, assumida no singular e não num plural fragmentado e avulso que exclui deste campo científico uma matriz unitária e transdisciplinar.

No quadro deste novo paradigma, as vertentes do **ensino**, da **investigação** e da **prática profissional** ganham, obviamente, novos contornos e requerem modos de abordagem também inovadores.

²⁰. Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação*. Recife : Néctar, 2011. ISBN 978-8560323-33-3.

²¹. Cf.: LE COADIC, Yves-François – Science de l’information. In *Dictionnaire encyclopédique de l’information et de la documentation*. Dir. Serge Calaly. Paris : Nathan, 1997, p. 517.

a) Ensino

A questão do **ensino** e do modelo formativo ajustado ao novo paradigma tem já sido discutida em variados textos²², pelo que aqui nos limitamos a enunciar alguns dos seus pressupostos fundamentais. O quadro socioeconómico, político-institucional, cultural e tecnológico da segunda metade do século XX sofreu tantas e tão rápidas alterações que a área da Informação/Documentação não podia ficar-lhe imune. Neste contexto, qual a formação adequada para os profissionais de informação, incluindo naturalmente arquivistas, bibliotecários, documentalistas, gestores de informação, mas também outros profissionais com novas designações, que vão desde os curadores de dados aos cibertecários, aos analistas de informação ou aos novíssimos *data scientists*²³? No caso concreto dos arquivistas, que aqui nos importa em particular, será que a formação que recebem atualmente os prepara e dota de capacidade de resposta aos principais desafios postos pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, englobadas no conceito global da Sociedade da Informação e em rede? Que mudanças é preciso implementar?

Parece bastante óbvio que se deverão distinguir duas modalidades de intervenção teórico-prática, sendo uma de matriz essencialmente técnica – formação média, para um nível técnico-profissionalizante, que possa ser assegurado por escolas profissionais ou escolas do ensino secundário – e outra de nível mais compreensivo e explicativo – um saber-fazer fundado no estudo e na pesquisa mono, inter e multidisciplinar, tomando as Ciências Sociais como eixo central e ponto de partida para cruzamento com outras disciplinas científicas –, a qual deve ser da responsabilidade das instituições de ensino superior (Universidades e Institutos Politécnicos).

A formação dos técnicos profissionais, a cujas aptidões e competências não pode hoje faltar um adequado treino informático, responde a exigências práticas que a gestão da informação (em sentido lato e transversal a todos os setores da atividade humana e social) coloca e colocará cada vez mais, numa perspetiva essencialmente operativa. A formação superior (iniciada na licenciatura e com progressão no mestrado e no doutoramento) deverá seguir um *design* curricular que visa anular as separações artificiais que se verificam na formação tradicional, distinguindo Arquivística, Biblioteconomia e Documentação, e em que, por exemplo, operações de representação da informação (como a descrição ou a classificação) são repartidas por disciplinas distintas consoante se trate dos arquivos ou das bibliotecas. A perspetiva unitária que preconizamos procura, também, fazer a síntese com a área dos chamados Sistemas (tecnológicos) de Informação (SI), que progressivamente se está autonomizando em relação à Informática e Computação tradicionais e ensaia abordagens mais *soft*, focadas no cliente e nas suas necessidades, elegendo como campo de trabalho e de profissionalização privilegiado as Organizações em geral.

22. Ver, por exemplo: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – A Mudança de paradigma na formação BAD: um modelo formativo para a Ciência da Informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7.º, Porto, 2001 – *Informação: o desafio do futuro: actas do congresso*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows 98. Lisboa : BAD, 2001; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – Formação, perfil e competências do profissional da Informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8.º, Estoril, 2004 – *Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão : actas*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows XP. Lisboa : BAD, 2004. ISBN 972-9067-36-8. URL: <http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm>; RIBEIRO, Fernanda – Um Modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha : o caso da Universidade do Porto. *Cadernos BAD*. Lisboa. ISSN 0007-9421. 1 (2006) 16-27; RIBEIRO, Fernanda – An Integrated perspective for professional education in Libraries, Archives and Museums : a new paradigm, a new training model. *Journal of Education for Library and Information Science*. Chicago. ISSN 0748-5786. 48:2 (Spring 2007) 116-124.

23. Já em 2004, pudemos identificar dezenas de designações para os profissionais da informação, a partir de um estudo apresentado no 8º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e que foi publicado nas respetivas atas: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – Formação, perfil e competências do profissional da Informação (*ob. cit.*).

O modelo que perfilhamos assenta nos pressupostos teórico-metodolóxicos que sustentam a Ciencia da Información, tal qual tem sido pensada e desenvolvida na Universidade do Porto²⁴. Tal modelo congrega no seio da área científica nuclear – a da Ciencia da Información – un conxunto de disciplinas que, por un lado, aseguran unha componente teórica e metodolóxica e, por outro, contemplan as vertentes aplicadas desta área do saber (em que se incluí a Arquivística), con as súas especificidades particulares. O “núcleo duro” do *currículum* tem de estar, necesariamente, aberto à interdisciplinaridade, estabelecendo relacións máis ou menos próximas con outros campos, relacións esas que deberán traducir-se no plano de estudos mediante a presenza de disciplinas variadas, umas con carácter de obrigatoriedade e outras optativas, mas sempre complementando as materias da área científica nuclear.

Esta formación de base unitária, ofrecida ao nivel da licenciatura, deberá ser, naturalmente, desenvolvida no quadro de ofertas formativas de nivel pós-graduado (mestrado e doutoramento), nas quais o aprofundamento teórico e a especialización devem ter lugar²⁵.

b) Investigación

O vector **investigación** non pode igualmente ser desligado da fundamentación teórica (preferencia pola Teoría Sistémica) nem da abordaxe metodolóxica (Método Quadripolar)²⁶, o que desde logo é unha diferenza esencial relativamente ao paradigma tradicional em que teoría e método están ausentes e/ou son confundidos con (e se esgotan em) actividades técnicas.

Consideramos o método de investigación quadripolar, concebido por Paul de Bruyne e outros autores²⁷, como o dispositivo máis adecuado ás exigencias do coñecemento da fenomenalidade informacional, unha vez que non se restringe a unha visión meramente instrumental. Trátase de unha proposta na qual é recuperada a idea esencial de ‘Método’ como conxunto completo de etapas indispensábeis para o proceso de identificación do problema, a formulación de hipóteses, a adopción de teorías e/ou modelos, a comprobación destes através de operacións ou procedimentos técnicos como a observación, o inquérito e o respetivo tratamento cuantitativo (estatístico), as entrevistas semiestruturadas, a análise de contido e a formalización final dos resultados. A súa dinámica de investigación resulta de unha interacción entre catro polos – o epistemolóxico, o teórico, o técnico e o morfolóxico – permitindo unha permanente proxección dos paradigmas interpretativos, das teorías e dos modelos na operacionalización da investigación e na presentación dos resultados da mesma²⁸.

No **polo epistemolóxico** – instancia superior imbricada no aparato teórico e institucional (a comunidade científica dos especialistas em Información, as súas escolas, institutos, locais de traballo e aínda os seus referentes políticos, ideolóxicos e culturais) – opera-se a permanente *construción*

24. Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação...* (ob. cit.).

25. No caso da Universidade do Porto, a Licenciatura em Ciência da Informação tem uma continuidade natural no Mestrado em Ciência da Informação, mas dá igualmente acesso a mestrados especializados, como é o caso do ramo de Arquivos Históricos, integrado no Mestrado em História e Património, ou do Mestrado em Museologia, ou aínda do Mestrado em Informação Médica.

26. Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação...* (ob. cit.), cap. 3.

27. DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris : P.U.F., 1974.

28. Ver: LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard – *Investigação qualitativa : fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1.

do objeto científico e a delimitação da problemática da investigação, ou seja, dá-se a reformulação constante dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade (objetividade, fidelidade e validade) que norteiam todo o processo de investigação.

No **polo teórico** manifesta-se a racionalidade predominante do sujeito que conhece (se relaciona e se adequa com) o objeto, bem como a respetiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano da descoberta) e subsequente verificação ou refutação do “contexto teórico” elaborado (plano da prova). Este polo dá suporte à componente técnica e instrumental e dá sentido à explanação de resultados que consubstancia o polo morfológico.

No **polo técnico** o investigador toma contacto, por via instrumental, com a realidade objetivada. No domínio da Arquivística, tal como tem sido praticada, acumularam-se procedimentos técnicos canalizados para a representação formal da documentação e para o armazenamento, transferência, recuperação e difusão. Impõe-se a revisão do alinhamento destas técnicas dispersas, porque neste polo se joga a capacidade probatória (verificação ou refutação do “contexto teórico”) do dispositivo metodológico, que nada tem a ver com uma mera “listagem” arrumada/classificada intelectualmente (à revelia da lógica indutiva e à maneira de um processo dedutivo inconsequente).

No **polo morfológico** assume-se por inteiro a análise/avaliação e parte-se não apenas para a configuração do objeto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção, relativamente à função de comunicação. Em suma, trata-se da organização e da apresentação dos dados, devidamente aferidos nos polos epistemológico e teórico, o que ilustra, aliás, o pendor interativo da investigação quadripolar.

Esquematisação do **MÉTODO QUADRIPOLAR** e interação dos polos



Nesta dinâmica quadripolar de investigação assume particular relevância o polo teórico, uma vez que ele suporta a componente técnica e instrumental e dá sentido à explanação de resultados que se consubstanciam no polo morfológico. Havendo, naturalmente, diferentes teorias e modelos que sustentam o modo de ver e de pensar o fenómeno/processo informacional, manifestamos

a nossa preferêncía pola Teoría Sistémica, que radica as súas orixens nos estudos de Ludwig von Bertalanffy, desenvolvidos a partir dos anos vinte da centúria pasada, dado que congrega unha visión holística e se ajusta ben ao universo complexo e difuso da Información, como se comprova por exemplos varios da súa aplicación teórico-práctica²⁹.

No pólo técnico, que até agora as ciencias ditas “documentais” sobrevalorizaram como sendo a esencia do traballo do profesional da información, situam-se todos os procedimentos de carácter máis instrumental, destacando-se tres operacións maiores:

1ª – Observación directa e indirecta (de casos ou de variábeis)

2ª – Experimentación

3ª – Análise/Avaliación retrospectiva e prospetiva

Sendo que o polo epistemolóxico (referencial paradigmático) e o polo teórico condicionam decisivamente a componente aplicacional da Ciencia da información, que se inscribe, en pleno, nos polos técnico e morfolóxico, é óbvio que a mudanza de paradigma en curso e as teorías adoptadas (Teoría Sistémica, neste caso) implican unha revisión do quadro tecnista que tem sido o fundamento esencial das disciplinas aplicadas, como é o caso da Arquivística.

O método quadripolar implica unha visión holística e unha dinámica investigativa en permanente avaliación e aperfeiçoamento, abordagem que dá sentido à construción de un coñecemento científico. Investigar pasa a significar coñecer, analizar, interpretar, explicar e non apenas descrever recorrendo a normas acriticamente aplicadas. Investigar en Arquivística é unha actividade esencialmente aplicada e, como tal, debe traducir-se numa práctica profesional con novas formas de intervención.

c) Prática profesional

Ao serem impelidos para un mesmo obxecto de traballo e para metodoloxías comúns por forza da revolución tecnolóxica da información, o arquivista, o bibliotecario, o documentalista, o especialista en informática de xestión e até mesmo o museólogo tendem a fundir-se num novo profesional que sintetiza as diversas competencias adstritas a todos eles e se assume como un estruturador do fluxo informacional que corre no seio das organizacións e alimenta o funcionamento e a capacidade decisoria das mesmas. O arquivista/gestor de información pode asumir papéis diferenciados consoante exerça a súa función num servizo de arquivo (normalmente un arquivo histórico, con una misión cultural e patrimonial) ou num arquivo administrativo, no contexto de una organización, ou mesmo num servizo “virtual”, alojado na internet, cuxa misión é sobretudo organizar, descrever e divulgar información.

Independentemente do contexto de traballo, vejamos como se pode concretizar na **prática profesional** esta nova abordagem e quais os traços fundamentais que a caracterizam:

a) *Eleger a Información como obxecto de traballo e de estudo, à luz da Teoría Sistémica, obriga a olhar este fenómeno de una forma completamente diferente do que até*

²⁹. Para maior desenvolvemento sobre a teoría sistémica é muito útil a lectura de: MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistémico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Angeli, 1997. ISBN 88-464-0336-3.

agora tem sido feito com o Documento (unidade física que se classifica, se descreve e se arruma, atribuindo-se-lhe uma cota para posterior localização). Perceber a informação implica, antes de mais, conhecer o seu contexto de produção, que é algo anterior ao seu registo material num suporte físico, valorizando assim o conceito de proveniência e de organicidade. Implica também conhecer o uso que foi ou é dado a essa informação, ou seja, quem são os seus utilizadores, com que fim a usam, como a pesquisam, com que frequência, etc. Pensar sistemicamente a informação significa, pois, que, mais do que estruturar serviços (arquivos, bibliotecas, ...) dentro das organizações, é importante perceber de forma holística os contextos da sua produção e uso, numa visão integrada que não separa (nem gere) artificialmente informação de arquivo, ou de biblioteca, ou digital, mas sim analisa, numa visão integrada e como um sistema, todas as suas componentes.

- b)** *Entender o trabalho do profissional da informação como um processo investigativo que visa conhecer e representar com rigor a realidade informacional em análise tem, igualmente, consequências várias, pois ele deixa de atuar como um simples técnico que aplica normas e procedimentos uniformes com vista à produção de instrumentos, mais os menos standard, para viabilizar o acesso à informação, e passa a assumir o papel do cientista da informação que apresenta resultados validados por uma metodologia científica, questionando (problematizando, formulando hipóteses) a própria atuação, sempre em referência a paradigmas e teorias que estão em permanente validação (ou revisão).*
- c)** *Aplicar o método de investigação quadripolar põe a tônica na análise orgânico-funcional, requisito indispensável para se chegar a um conhecimento rigoroso da estrutura do sistema (entidade produtora) e das funções/competências dos variados setores que compõem essa mesma estrutura, pois só assim é possível caracterizar com rigor o contexto de produção da realidade informacional em análise.*
- d)** *Procurar conhecer as relações sistémicas internas e externas e seu reflexo na produção informacional obriga a uma investigação sistemática para se chegar à identificação de eventuais subsistemas de informação ou para perceber as relações entre, por exemplo, os vários sistemas que formam, entre si, um supersistema de informação.*
- e)** *Analisar a componente funcional do sistema leva a que determinadas operações tenham de ser implementadas como medidas “profiláticas” regulares destinadas a otimizar o funcionamento do próprio sistema de informação. Releva-se, neste caso, por exemplo, a avaliação retro/prospetiva, operação fundamental que permite detetar redundâncias e “desperdícios” informacionais e proceder a eliminações baseadas numa avaliação e seleção rigorosas, isentas de subjetividade e imunes a tendências ou modas que dominam em determinados momentos.*
- f)** *Entender as operações técnicas de descrição, classificação e indexação como o resultado natural de todo o processo de conhecimento desencadeado a montante e não com o objetivo redutor de proporcionar o acesso pelo acesso à informação é também fundamental para que os instrumentos de pesquisa (guias, inventários,*

catálogos, índices, bases de datos...) producidos garantam uma representación adecuada da realidade informacional objeto de análise.

Em suma, pensar a Arquivística à luz do novo paradigma na era pós-custodial, implica uma visión integrada, em que não faz sentido organizar servizos de arquivo com uma finalidade meramente instrumental, separando, artificialmente, as várias componentes de un todo. A información é gerada num determinado contexto organizacional pelos variados agentes que atuam nesse mesmo contexto, seja na área administrativa, seja nas áreas técnica ou científica, seja num contexto familiar ou meramente pessoal. Importa, sim, conceber sistemas de información em que a componente orgánica nunca é anulada e a componente funcional, que dela decorre, se concretiza na estruturação e agregación de todas as componentes informacionais, para viabilizar o acceso/uso da información, tanto para a respetiva entidade produtora como para utilizadores externos, tendo em vista os mais variados fins (administrativos, jurídicos, culturais, meramente informativos, etc.).

REFERÊNCIAS:

The Archival fonds : from theory to practice. Ed. by Terry Eastwood. [S. l.] : Bureau of Canadian Archivists, 1992. ISBN 0969079761.

Archival Science : international journal on recorded information. ISSN 1389-0166. 1:1 (2001).

Canadian archival studies and the rediscovery of provenance. Ed. by Tom Nesmith. Metuchen; London: Society of American Archivists; Association of Canadian Archivists; The Scarecrow Press, 1993. ISBN 0810826607.

LE COADIC, Yves-François – Science de l'information. In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Dir. Serge Cacaly. Paris : Nathan, 1997, p. 516-523.

CONDE Y DELGADO DE MOLINA, Rafael – *Les Primeres ordinations de l'Arxiu Reial de Barcelona: 1384*. Madrid : Ministerio de Cultura, 1993.

DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris : P.U.F., 1974.

DINIS, António Joaquim Dias – Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. 2ª série. 17 (1968) 133.

KOLSRUD, Ole – The Evolution of basic appraisal principles: some comparative observations. *The American Archivist*. Chicago. 55:1 (Winter 1992) 26-39.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard – *Investigação qualitativa : fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1.

MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico : per capire i sistemi e pensare com i sistemi*. Milano : Franco Angeli, 1997. ISBN 88-464-0336-3.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. – *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van de vereniging van archiverissen*. Groningen : Erven B. van der Kamp., 1898. Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973.

El Patrimonio documental y los archivos nacionales. Madrid : Direccion General de Bellas Artes y Archivos, 1994.

RAYWARD, W. Boyd – The Origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (apr. 1997) 289-300.

RIBEIRO, Fernanda – Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science : international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310.

RIBEIRO, Fernanda – An Integrated perspective for professional education in Libraries, Archives and Museums : a new paradigm, a new training model. *Journal of Education for Library and Information Science*. Chicago. ISSN 0748-5786. 48:2 (Spring 2007) 116-124.

RIBEIRO, Fernanda – Um Modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha : o caso da Universidade do Porto. *Cadernos BAD*. Lisboa. ISSN 0007-9421. 1 (2006) 16-27.

RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle – P. Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science. *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (apr. 1997) 301-309.

RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis – *Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas : año 1588*. Madrid : Dirección General de Bellas Artes y Archivos, [1989?].

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – *Les Fondements de la discipline archivistique*. Québec : Presses de l'Université du Québec, 1994. ISBN 2-7605-0781-5.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – Documentation / Information and their paradigms : characterization and importance in research, education, and professional practice. *Knowledge Organization : international journal devoted to concept, theory, classification, indexing and knowledge representation*. Würzburg. ISSN 0943-7444. 39:2 (2012) 111-124.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – Formação, perfil e competências do profissional da Informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8.º, Estoril, 2004 – *Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão: actas*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows XP. Lisboa : BAD, 2004. ISBN 972-9067-36-8. URL: <http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm>

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – A Mudança de paradigma na formação BAD : um modelo formativo para a Ciência da Informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7.º, Porto, 2001 – *Informação: o desafio do futuro: actas do congresso*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows 98. Lisboa : BAD, 2001.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação*. Recife : Néctar, 2011. ISBN 978-8560323-33-3.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. 1ª ed. Porto : Edições Afrontamento, cop.1998. ISBN 972-36-048-3. vol. 1. 2ª ed.: 2002; 3ª ed.: 2009.

WILLIAMS, Robert V. - The Documentation and special libraries movements in the United States, 1910-1960. *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:9 (sept. 1997) 775-776.

